



A rodovia BR-101 entrou no programa de privatização

Privatização da BR tem nova fase

Trechos da BR-101 no Estado estão incluídos na segunda etapa do projeto de concessões de rodovias

O Ministério dos Transportes deverá lançar até o fim do ano edital de licitação para 3.100 quilômetros relativo à segunda etapa do projeto de concessões de rodovias. A nova etapa inclui trechos da BR que corta o Espírito Santo.

Até o final de 2006, deverão ser licitados outros 5 mil quilômetros referentes à terceira etapa, afirmou ontem o secretário de Política Nacional de Transportes, José Augusto Valente.

Ele disse que as tarifas de pedágio das concessões a serem licitadas na segunda etapa serão mais baratas do que as cobradas hoje nas rodovias federais sob concessão, inclusive na via Dutra (R\$ 7,10 na maioria dos trechos), que ele considera a mais barata.

Os trechos previstos na segunda etapa são BR-101 (RJ-ES), BR-101 (ES-BA), BR-

393 (RJ), Fernão Dias (MG), Regis Bittencourt (SP) e rodovias no Paraná e Santa Catarina.

Valente, que participou de seminário de rodovias no Rio-centro, disse também que, fora do âmbito das concessões, até o final de 2006 o Ministério terá 15 mil quilômetros de rodovias em contratos para restauração e 21 mil quilômetros para conservação. Ou seja, em três anos, 31 mil quilômetros de rodovias serão restaurados.

Ele afirmou que o governo vai destinar R\$ 3 bilhões para as rodovias federais neste ano e provavelmente o mesmo montante no ano que vem. Valente disse que o ministério está trabalhando para que, até o final de 2006, sejam assinados os contratos de Parcerias Público-Privadas (PPPs) do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, BR-116 (BA) e BR-116 (MG).

Alterada fórmula para calcular o PIB

RIO – O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vai atualizar a base de dados das Contas Nacionais, que serve para o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB).

Além da inclusão de dados mais novos das pesquisas anuais do instituto (construção, comércio, serviços, indústria), estuda-se usar os gastos com materiais e as remunerações para o cálculo da administração pública, que responde por 16% do PIB

mas varia, hoje, em grande parte, conforme o crescimento populacional.

O projeto foi apresentado internamente ao governo na semana passada e entrará em vigor apenas no ano que vem.

Para analistas, as mudanças são positivas no caso do cálculo da administração pública. Esta parcela equivale a 16% do PIB e a maior parte, hoje, está atrelada ao crescimento vegetativo da população, que é baixo.